

1. Mitos e Comentários

Há dez anos o termo globalização surgiria para muitos, leigos ou especialistas, como uma palavra que carecia de significado ou como um termo técnico que então se usava com um significado muito preciso. Hoje todos julgam entender o que está em causa, emissores e receptores, todos consideram que têm uma visão exacta do que é e, no entanto, a panóplia de significados, a variedade de sentimentos que provoca, a diversidade de raízes ideológicas em que assenta são imensas. Muitos dos discursos sobre a globalização são excrescências ideológicas que pretendem fazer passar um mito.

Antes de mais, antes de analisar a dimensão (anti)humanista da globalização há que precisar o seu significado e ver como se comporta à luz das leis económico-sociais que admitimos reger o nosso mundo.

1.1. Mitos iniciais

A globalização apresenta-se como “evidência”. Ao apresentar-se assim, como “pragmatismo”, como significado integrável no conhecimento corrente, é parte de uma cosmovisão semiconsciente ou inconsciente, de uma ideologia. Ela assenta em cinco pressupostos que seguidamente enunciamos, sem o desenvolvimento que mereceriam, limitados pelos espaço de comunicação:

1. *O progresso tecnológico impõe inevitavelmente a internacionalização.*
2. *Só há uma configuração possível da internacionalização.*
3. *Toda a sociedade se subordina à economia*
4. *A economia autoregula-se e uniformiza-se através dos mercados livres.*
5. *Liberdade económica é liberdade social.*

O simples facto de enunciarmos os pressupostos do mito provoca um enfraquecimento da sua capacidade argumentativa pois mesmo o leitor mais incauto se aperceberá quanto eles reflectem de reducionismo, de terminologia carecendo de precisão, de afirmações históricas carentes de comprovação, de aniquilamento da vontade humana apesar de serem os homens que fazem a história. O enunciado dos princípios que geralmente orientam o discurso sobre a globalização mostram que esta é uma corruptela da proximidade, contraditória, entre os homens a que assistimos na última década.

1.2. Algumas Contra-argumentações

Vejamos algumas contra-argumentações ao mito.

A) Multiplicidade de sentidos da globalização

A globalização é hoje um termos aplicado nas mais diversas situações da vida quotidiana, quase é papel de embrulho para todos os pacotes políticos e ideológicos que se comercializam. Sobre esta situação apenas dois comentários:

1. A globalização é multifacetada. A simples classificação como inevitável-evitável, boa-má, na tradição de uma lógica bivalente a que continuamos a estar apegados em momento decisivos da apreciação da realidade, peca pela precariedade da análise. Em primeiro lugar porque os impactos de cada uma das suas facetas sobre a grande diversidade dos agentes intervenientes passiva ou activamente, apresenta diversas

cambiantes. Em Segundo lugar porque a combinação dos diferentes tempos-espacos do conjunto articulado das suas facetas tem dimensões que as partes não comportam.

2. Um segundo é recordar as palavras de Butros-Ghali, então Secretário Geral da Organização das Nações Unidas quando afirmava que não havia uma mas muitas mundializações (informação, drogas, epidemias, ambiente e finanças) e cada uma tem os seus diferentes ritmos.

Da ambiguidade entre a utilização do termo “globalização” resultante do significado sintético e impreciso que assume (internacionalização) e a realidade que tende a exprimir (uma certa internacionalização), aspecto que referiremos num ponto seguinte, resulta a utilização desse termos com muitos significados económicos conforme se refere à empresa, ao sector, à nação e dentro de cada uma destas aplicações o leque de entendimentos é grande. Boyer identifica 15 significados diferentes (BOYER, 1998).

B) Uma certa internacionalização económica

A globalização é, indubitavelmente, uma parte do processo da mundialização da economia, que começou quando pela primeira vez na história se procedeu à troca de bens e que conheceu ao longo da história momento de viragem qualitativa, quando surgiram inovações tecnológicas ou quando a audácia dos homens revelaram novos rumos e civilizações.

Poderíamos, pois, admitir que a globalização objectivamente existente na última década correspondesse a uma nova transformação qualitativa das relações comerciais entre os homens. Contudo, alguns indicadores (comércio interno / comércio externo, produto nacional / exportações / importações) são suficientes para mostrar que tal não acontece.

O significado da globalização tem de ser encontrado num certo tipo de internacionalização. *A globalização é essencialmente a mundialização dos mercados financeiros e sua diversificação, associada a uma hegemonia das empresas transnacionais, permitido pela utilização da doutrina liberal como discurso da política económica.*

Não seria difícil listar aqui um vasto conjunto de indicadores comprovativos do significado actual dos mercados financeiros, da importância económica e social das empresas transnacionais (cada vez mais desligadas da realidade de qualquer país específico: a partir do momento em que os circuitos financeiros são o terreno exclusivo ou predominante de negócios a autonomia relativa em relação à legislação dos países em que estão instalados aumenta, podendo mesmo determinar, decidir, controlar e aproveitar sem qualquer localização física no país em causa) ou de como a ideologia liberal se tem expandido, mas dispensamo-nos de fazê-lo.

O que é essencial realçar é que estamos, pois, perante uma situação de continuidade (do capitalismo, da internacionalização, de crescimento tecnológico) e de ruptura (mudanças ideológicas, organizacionais, financeirização acelerada). É esta financeirização que é particularmente interessante para a relação que possamos estabelecer entre globalização e humanismo, como teremos oportunidade de ver.

C) Globalização também é Estado

Nesta desmontagem do significado de globalização importa desmontar a falsa ideia de que a globalização implica, ou exige (num sistemático balancear entre o “é” positivista e o “deve ser” normativista, camuflado) a redução do Estado à insignificância.

O resultado da observação dos fenómenos mundiais da última década mostram uma situação bem diversa:

a) A desregulamentação social e a hegemonia dos “mercados” tem sido uma decisão política.

A criação e regulamentação de bolsas de valores, a facilitação da circulação de bens, a permissão do trabalho temporário e dos contratos a prazo, a precarização das condições de trabalho, a atenuação do controlo e acção dos bancos centrais, os incentivos fiscais e a criação de zonas *off shore*, e muitas outras directivas económicas contemporâneas, são decisões do Estado, impondo a sua capacidade de sanção e de combate a sectores da sociedade, para defender a sua fuga aos compromissos sociais. A criação das zonas

de livre circulação dos bens, de livre circulação dos capitais, de integração aduaneira, económica e monetária; a participação nas estruturas supranacionais, desde o Conselho da Europa ao Banco Mundial e à OMC, assim como as posições que se defendem nessas estruturas, são decisões políticas.

b) O Estado tem tido um papel importante em diversos países que são partes integrantes do sistema capitalista mundializado.

Apenas uma nota do muito que poderia ser dito sobre o assunto. As novas economias industrializadas asiáticas foram saudadas como demonstrações de que o desenvolvimento económico (provavelmente o mesmo não se diria do desenvolvimento social) era possível. As empresas aí existentes e os mercados económicos e financeiros desses países são partes integrantes da estratégia de globalização.

c) A aldeia global tem um castelo.

Como diz PARAIRE (1998) esta aldeia global em que vivemos tem um castelo e um conjunto de senhores que aí habitam: Organização Mundial do Comércio, o benjamim saído do GATT, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, irmãos gémeos com mais de meio século de existência. Senhores tecnocratas que fogem significativamente ao controlo democrático dos Estados e dos povos.

d) Esta internacionalização exige pouco défice estatal, desprotecção social e fiscalidade ligeira.

Todas estas situações exigem uma acção política nesse sentido, não surgem espontaneamente.

D) Mundialização é Hegemonia Regional

O desenvolvimento tecnológico, sobretudo nas comunicações e transportes, tendem a aproximar os homens e a generalizar planetariamente as actividades económicas. Mas será que este progresso inexorável conduz inevitavelmente à situação que hoje vivemos?

Boyer (1998) considera que existe hoje (ainda) diversos tipos de regulação:

1. a mercantil, com a máxima expressão nos EUA e no Reino Unido
2. a das grandes empresas numa lógica semicorporativista, com a expressão máxima no Japão
3. a de negociação dos compromissos, típica dos países escandinavos
4. a pública, espalhada em graus diversos por toda a União Europeia, com excepção do Reino Unido.

Provavelmente a consideração de outras regiões exigiria alargar o leque da classificação

Desta constatação resulta uma consequência imediata: existem vários modelos alternativos possíveis de expansão do capitalismo à escala mundial, de concretização da globalização.

A situação actual é mais o resultado do poder político dos EUA que de uma inevitabilidade. A internacionalização actual é uma via de afirmação dum poder regional, em detrimento de todos os restantes: o poder regional dos EUA e da lógica mercantil no funcionamento da sociedade.

2. Produção, financeirização e lucratividade

Se a globalização é essencialmente internacionalização do capital financeiro e dentro deste assumem particular importância as sucessivas vendas e compras do mesmo título ou das moedas coloca-se a inquietante questão de saber se essas actividades são produtivas, isto é, se são produtoras de rendimentos. Se o são bastam-se a si próprias. Se não são produtivas e promovem a distribuição do rendimento, a obtenção de lucros pelos que se dedicam a essas actividades, é necessário interrogarmos: aonde é que se cria o rendimento que depois é redistribuído?

A nossa resposta é inequívoca: se o capital financeiro tem sectores produtivos quando directamente ligados ao processo produtivo, o capital fictício é improdutivo, como são as instituições que o manipulam.

A globalização exige lucros de alguns, logo exige redistribuição do rendimento, exige transferir recursos donde são produzidos para quem tem o domínio da mundialização da economia.

São múltiplas as vias de se processar esta transferência. Limitamo-nos aqui a referir algumas:

1) Desvalorização dos salários, aproveitando em plenitude as actuais condições para se promover essa desvalorização.

A luta pela “desvalorização” dos salários é uma luta tão antiga quanto a existência da burguesia, mas adquiriu nos últimos tempos um reforço e novas dinâmicas:

1. O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando a níveis próximos do trabalho simples ou inadaptável aos novos referências.
2. Essas inovações tecnológicas, directamente ou através da velocidade de circulação da informação e dos valores, criou condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho.
3. O aumento da produtividade por hora (cronológica) de trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força do trabalho.
4. Os elevados níveis de desemprego, a grande rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho, faz com que haja condições para uma maior “disciplina laboral”, para a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. As maiores taxas de desemprego conduz a menores taxas de variação salarial em termos de poder aquisitivo.
5. O enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores e dos povos em resultado do desaparecimento dos países socialistas europeus e do crescimento da influência do capital, a crise político-ideológica das utopias e das forças de transformação progressista da sociedade, reforçou a tendência anterior de aceitação generalizada de condições de trabalho infrahumanas em muitos sectores.
6. A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores vantajoso para o capital, que também procura aproveitar os enquadramentos mais favoráveis quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio “salários-baixos/mão-de-obra-qualificada”.

2) Continuação do subdesenvolvido e novas formas de repartição do rendimento à escala mundial.

As economias subdesenvolvidas sempre foram desde o início do colonialismo fornecedoras de rendimentos e riquezas apropriadas pelas economias desenvolvidas. O neocolonialismo continuou esse processo noutro ambiente político. Hoje essa situação continua com novos mecanismos de apropriação, tendo em conta, como referiram diversos autores já na década de 60, que as economias subdesenvolvidas não são economias com pouco capital mas sim com pouca aplicação do capital disponível.

A passagem, há umas décadas, do FMI e BM de instituições financiadoras para intermediárias e avalizadoras de créditos concedidos pelos grandes bancos privados internacionais; a criação de sistemas financeiros (banca, seguros, bolsas de títulos, mercado cambial) em diversas economias subordinadas aos planos de “estabilização” está a criar novas condições para a apropriação de recursos pelo capital especulativo.

3) Peditórios junto da população para financiar os ricos

O sistema fiscal, também ele tendencialmente liberalizado, é uma das formas de peditório junto da maioria da população para conceder benesses ao grande capital. É a desigual incidência e severidade de aplicação dos impostos às empresas a maioria da população. São as leis de redução de impostos para empresas que se instalem em determinados espaços ou sectores ou que, pura e simplesmente, sejam de capital estrangeiro. É, frequentemente, a grande dificuldade técnica de fazer incidir impostos aos movimentos internacionais de capital financeiro, acompanhado de uma certa complacência dos técnicos formados em ambientes universitários “neoliberalizantes”.

São ainda os paraísos fiscais, regiões do globo (países ou regiões) onde os capitais gozam de total ou parcial isenção fiscal, nomeadamente no que se refere a rendimentos

pessoais e aplicações financeiras. Em todas as situações há um poderoso movimento de transferência, efectiva ou potencial, de recursos dos trabalhadores para o grande capital, frequentemente para o capital especulativo.

Mas é ao nível das negociações para a instalação de grandes empresas que frequentemente mais descaradamente se representa a peça teatral da correlação de forças. Descaradamente o Estado contribui financeiramente para o negócio privado se instalar sem qualquer contrapartida.

4) Apropriação privada da Segurança Social

O que os trabalhadores e as empresas pagam hoje para os sistemas de segurança social representa uma importante percentagem do rendimento nacional. A possibilidade dessa grande massa de rendimentos passar das mãos do Estado para a gestão do capital é uma “benesse divina”. Essa grande quantidade de recursos tem diversas vantagens: é um montante elevado, a sua renovação está assegurada, está associada frequentemente a aplicações de longo prazo (pago hoje para receber daqui a muitos anos) permitindo uma grande fluidez de aplicações.

Daí o interesse da privatização da segurança social ou, pelos menos, dos seus sectores mais rentáveis, e a sua gestão à escala mundial.

5) Entrelaçamento com a economia subterrânea

Se os dados sobre a economia subterrânea são, por definição, escassos, generalizados são os conhecimentos de que ela tem uma grande importância na economia mundial. Alguns dos negócios mais rentáveis estão abrangidos nessa área: a guerra e a droga movimentam uma importante percentagem do produto interno. A economia subterrânea engloba importantíssimos sectores que são produtivos, isto é, produtores de rendimento. A redução do papel dos Estados, a livre circulação de pessoas e bens e a liberdade do capital financeiro são mecanismos que facilitam as actividades subterrâneas ilegais, facilitam o «branqueamento do dinheiro» e são um mecanismo eficiente de transposição do valor acrescentado da economia subterrânea para a economia formal garantindo aplicações alternativas a esses sectores fortemente capitalizados e organizados empresarialmente.

3. Globalização e Anti-Humanismo

A leitura que fizemos sobre a globalização não deixa grande margem de dúvida quanto à sua relação com o que podemos considerar como humanismo.

A redução da vida humana ao mundo dos negócios, a completa subordinação das diversas vertentes da personalidade individual e da organização social à rendibilidade, é simultaneamente uma tentativa de modificação drástica das condições de vida das populações de todo o mundo e a “criação de um novo humanismo” em que o pragmatismo de uns e capacidade impositiva de outros se substituem ao bem e ao belo.

O agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento, o aumento da insegurança face ao futuro e a continuação e intensificação da exploração – quando o desenvolvimento científico e técnico abriria perspectivas totalmente diferentes – são atentados à dignidade humana.

O casamento entre o mundo dos negócios e a economia subterrânea enfraquece as malhas morais do tecido social e põe em causa valores essenciais do humanismo.

Por tudo isto não podemos deixar de concluir que, tal como a conhecemos hoje, a globalização é um anti-humanismo.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michel (1993); "Financial Globalization. Systemic Risk, Monetary Control in OECD Countries"; *Notas Económicas*, 9/24
- BARAN, Paul (1977); *A Economia Política do Desenvolvimento*; São Paulo, Zahar, pp. 399
- BOYER, Robert (1998); *Le Politique à L'Ère de la Mondialisation et de la Finance: Le pont sur quelques recherches régulationnistes*; Paris, Cahiers du CEPREMAP, nº 9820, pp. 73
- BURBACH, Roger & ROBINSON, William I. (1999); "The fin De Siecle Deabte: Globalization as Epochal Shift"; *Science & Society*, Vol. 63 Nº 1, Spring 1999, pag. 10-39
- CAFFÉ, Ricardo (1997); Capital Fictício, Inovações Financeiras e Derivativos. Algumas Observações sobre a Natureza da Finança Globalizada; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 301/09
- DORNBUSCH, R. & HELMERS, F. (1991); *Economia Aberta. Instrumentos de Política Económica nos Países em Vias de Desenvolvimento*; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 437
- LIMA, M. Antonina; Neo-proteccionismo, GATT e Acordos Regionais (entre a Mundialização e a Regionalização); *II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*; Rio de Janeiro, UFRJ, pág. 262/76
- MARTIN, Hans-Peter & SCHUMANN, Harald (1999); *A armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social*; 2ª Ed., Lisboa, Terramar, pp. 259
- MATTEI, Lauro (1997); Breves Considerações sobre a Globalização; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 65
- MITCHELL, B. R.; *International Historical Statistics Europe 1750-1988*; 3ª Edição, 1992, Stockton Press
- NUNES, Ana Bela (1998); *A Globalização numa Perspectiva Histórica. O que há de novo no processo de globalização*; Série Documentos de Trabalho, DT/WP nº 8, Lisboa, ISEG, pp. 20
- PARAIRE, Philippe (1998); *A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial*; Lisboa, Avante, pp. 239
- PAVEL, Christine e MCELRAVEY, John N. (1990); Globalization in Financial Services Industry; *Economic Perspectives*, 14/3, pág. 3/18
- SANTOS, Vítor (1997); *Será a globalização um fenómeno sustentável?*; Lisboa, GEPE, pp. 28
- SHIMIZU, Ryuei (1992); *Globalization Strategy*; Tóquio, Keio Tsushin C., 29, pág. 95/129
- SINGER, Paul (1997); Um Histórico da Globalização; São Paulo, *Sociedade Brasileira Economia Política*, pág. 522/55